

Juízes da JFES têm propostas de enunciados selecionados para a I Jornada de Direito Comercial

Os juízes federais Rogério Moreira Alves, do 3º Juizado Especial Federal, e Francisco de Assis Basílio de Moraes, da 4ª Vara Federal Cível, apresentaram propostas de enunciados que foram selecionadas para a I Jornada de Direito Comercial, que acontece entre 22 e 24 de outubro, em Brasília, sob a coordenação geral do ministro João Otávio de Noronha e científica do ministro Ruy Rosado de Aguiar Júnior, ambos do Superior Tribunal de Justiça.



Rogério Moreira Alves

As três propostas apresentadas pelo juiz federal Francisco de Assis Basílio de Moraes têm como

ênfase o Direito Falimentar, crise da empresa: falência e recuperação. O tema do enunciado proposto pelo juiz federal Rogério Moreira Alves é a interpretação do Art. 56 da Lei nº 11.101/05. Os dois juízes participarão do evento.

Segundo o juiz Francisco Basílio, "a aprovação é complexa, tendo em vista as diversas correntes doutrinárias e os interesses de cada um". O magistrado citou o caso do enunciado 466, de sua autoria, que, submetido a esse trâmite, foi aprovado na V Jornada de Direito Civil.

Francisco Basílio



Francisco Basílio

Discussão

As 250 propostas de enunciados selecionadas para a I Jornada de Direito Comercial serão discutidas em quatro comissões de trabalho durante o evento. Uma vez aprovados nesse nível, os enunciados serão levados à plenária final.

Iniciativa do Centro de Estudos Judiciários (CEJ) do Conselho da Justiça Federal (CJF), a jornada tem o objetivo de analisar temas relevantes do Direito Comercial, adaptando-os às inovações legislativas, doutrinárias e jurisprudenciais. O evento é direcionado a ministros de tribunais superiores, magistrados federais, estaduais e trabalhistas, bem como professores, especialistas e representantes de entidades relacionadas ao tema, membros do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Procuradoria-Geral da República e da Ordem dos Advogados do Brasil.

Com informações da Assessoria de Comunicação Social do CJF.



Justiça Federal promove XIV Leilão Unificado Primeira praça é terça-feira, dia 9



A Justiça Federal do Espírito Santo (JFES) promoverá neste mês de outubro seu XIV Leilão Unificado, no auditório 'Juiz Federal Luiz Eduardo Pimenta Pereira', localizado em sua sede, na Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1.877, Monte Belo, Vitória. A primeira praça será realizada no dia 9, às 13 horas, e a segunda, no dia 23, no mesmo horário. Serão leiloados imóveis em Jardim Camburi, uma cobertura na Praia da Costa, barco de pesca, além de terrenos, veículos como ambulâncias e retroescavadeira, e equipamentos de informática.

A listagem completa dos bens que irão a leilão está disponível no site da Justiça Federal capixaba – www.jfes.jus.br, link 'Transparência Pública', 'Leilões'. Será uma boa oportunidade de adquirir bens de diversas naturezas por excelentes preços.

Mais informações: Núcleo de Apoio Judiciário, telefones (27) 3183-5073 ou (27) 3183-5162.

TNU tem quatro novas súmulas

A Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, na última sessão de julgamento, realizada em 11/09/2012, aprovou quatro novas súmulas: 65, 66, 67 e 68, publicadas no Diário Oficial da União de 24/09/2012, p. 114.

A Súmula 65 trata de benefícios previdenciários concedidos entre março e julho de 2005, na vigência da Medida Provisória n. 242.

Já a de n. 66 refere-se a servidor público ex-celetista que trabalhava sob condições especiais antes de migrar para o regime estatutário.

A de n. 67 traz entendimento sobre incidência de contribuição previdenciária sobre auxílio-alimentação recebido em pecúnia por segurado, e a de n. 68 é sobre laudo pericial. A sessão da TNU foi realizada na Justiça Federal do Paraná, em Curitiba.

Súmula 65

Enunciado:

Os benefícios de auxílio-doença, auxílio-acidente e aposentadoria por invalidez concedidos no período de 28/3/2005 a 20/7/2005 devem ser calculados nos termos da Lei n. 8.213/1991, em sua redação anterior à vigência da Medida Provisória n. 242/2005.

Precedentes:

PEDILEF 2007.70.66.000523-0, julgamento: 29/2/2012. DOU de 4/5/2012.
PEDILEF 2007.33.00.707474-2, julgamento: 15/5/2012. DOU de 1º/6/2012.
PEDILEF 2006.70.50.003333-3, julgamento: 16/8/2012. DOU de 21/9/2012.

Súmula 66

Enunciado :

O servidor público ex-celetista que trabalhava sob condições especiais antes de migrar para o regime estatutário tem direito adquirido à conversão do tempo de atividade especial em tempo comum com o devido acréscimo legal, para efeito de contagem recíproca no regime previdenciário próprio dos servidores públicos.

Precedentes:

PEDILEF 2006.71.95.000743-8, julgamento: 16/2/2009. DJ de 25/3/2009.
PEDILEF 2004.50.50.009256-5, julgamento: 14/9/2009. DJ de 13/10/2009.

PEDILEF 2004.50.50.002997-1, julgamento: 16/11/2009. DJ de 1º/3/2010.

PEDILEF 2006.50.50.006206-5, julgamento: 11/10/2011. DOU de 28/10/2011.

PEDILEF 2008.33.00.702364-7, julgamento: 29/3/2012. DOU de 27/4/2012.

PEDILEF 2009.70.51.011530-0 julgamento: 16/8/2012. DOU de 31/8/2012.

Súmula 67

Enunciado :

O auxílio-alimentação recebido em pecúnia por segurado filiado ao Regime Geral da Previdência Social integra o salário de contribuição e sujeita-se à incidência de contribuição previdenciária.

Precedentes:

PEDILEF 2009.72.50.013134-8, julgamento: 27/6/2012. DOU de 20/7/2012.
PEDILEF 2009.72.54.005939-9, julgamento: 27/6/2012. DOU de 27/7/2012.
PEDILEF 2009.72.50.009965-9, julgamento: 16/8/2012. DOU de 31/8/2012.

Súmula 68

Enunciado:

O laudo pericial não contemporâneo ao período trabalhado é apto à comprovação da atividade especial do segurado.

Precedentes:

PEDILEF 2004.83.20.000881-4, julgamento: 25/4/2007. DJ de 14/5/2007.
PEDILEF 2008.72.59.003073-0, julgamento: 11/10/2011. DOU de 28/10/2011.
PEDILEF 2006.71.95.024335-3, julgamento: 24/11/2011. DOU de 2/3/2012.
PEDILEF 0000897-55.2009.4.03.6317, julgamento: 16/8/2012. DOU de 31/8/2012.

Atenção, profissionais cadastrados no sistema da Assistência Judiciária Gratuita

Considerando que o recesso forense se inicia em 19 de dezembro do corrente ano, alertamos aos profissionais sobre a necessidade de atualizarem, no sistema da Assistência Judiciária Gratuita – AJG, os dados fiscais de 2012 (INSS e ISS), bem como os dados bancários ou quaisquer outros que necessitem de atualização, impreterivelmente, até o dia 14 de dezembro.

Reforçamos que a documentação relativa aos dados fiscais também deve ser encaminhada ao Núcleo de Apoio Judiciário até o dia 14 de dezembro.

A partir do dia 17 de dezembro, o sistema entrará em manutenção, retornando apenas no início do próximo ano.

Em caso de dúvidas, entre em contato pelos telefones 31835074/5073/5162.



NAJ - Núcleo de Apoio Judiciário

TRF2 abre concurso para preenchimento de 58 cargos de juiz federal substituto



Foi divulgado nesta sexta-feira, 05, no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região, o edital para preenchimento de 58 vagas no cargo de juiz federal substituto nos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. As inscrições preliminares serão abertas às 10 horas do dia 27 de outubro de 2012. Os interessados deverão pagar a taxa de inscrição no valor de R\$ 160,00, por meio da Guia de Recolhimento da União (GRU).

A seleção contará com cinco etapas. Na primeira, o candidato será submetido a uma prova objetiva seletiva de caráter classificatório, na data provável de 13 de janeiro de 2013. Na segunda etapa, serão realizadas duas provas escritas – sentença cível e criminal e outras questões –, de caráter eliminatório e classificatório. A terceira etapa terá as seguintes fases: sindicância da vida progressa e investigação social, exame de sanidade física e mental e exame psicotécnico. A prova oral será realizada na quarta etapa e, na quinta etapa, será feita a avaliação de títulos. A participação do candidato em cada etapa ocorrerá, necessariamente, após habilitação da etapa anterior.

A inscrição preliminar deverá ser efetuada no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/trf2_12_juiz, entre 10 horas do dia 27 de outubro e 23h59min do dia 26 de novembro de 2012, observado o horário oficial de Brasília/DF.

CONVITE AOS MÉDICOS

A Justiça Federal necessita de peritos nas mais diversas especialidades.

Cadastre-se pelo www.jfes.jus.br

INFORMAÇÕES:

(27) 3183-5073/5074/5162, das 12 às 19h, ou e-mail ajg@jfes.jus.br



JFES apoia campanha Outubro Rosa



A Justiça Federal do Espírito Santo (JFES) promoveu, no dia 2 de outubro, a palestra “Prevenção ao câncer com foco na mulher”, ministrada pela coordenadora do Programa de Reabilitação de Mulheres Mastectomizadas (PREMMA) da Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer (AFECC), a professora Maria Helena Amorim.

A iniciativa também marcou a adesão da JFES à campanha “Outubro Rosa/2012”, movimento mundial que começou na década de 90 nos Estados Unidos e que pretende alertar a sociedade sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce no combate ao câncer de mama.

A diretora do foro em exercício, juíza federal Cristiane Conde Chmatalik, bem como diversos servidores, funcionários terceirizados e estagiários aderiram à campanha e vieram trabalhar usando alguma peça de roupa ou acessório na cor rosa, tornando-se multiplicadores da campanha.



Abrigo

A abertura do evento foi realizada pela diretora da AFECC, Léa Regina Penedo Gonçalves, que contou um pouco da história da instituição, criada há sessenta anos por 10 senhoras, que pretendiam construir um abrigo para pacientes que vinham se tratar em Vitória.

Hoje a AFECC é mantenedora do Hospital Santa Rita, referência em tratamento de câncer no Estado, que atende a cerca de 52% de pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) e conta inclusive com um salão de beleza para os pacientes. Sua filosofia mistura educação e a visão do paciente “não simplesmente como um ser físico, mas um ser social, mental, emocional, espiritual”, afirmou Léa Gonçalves.



Caminhada

A diretora da AFECC convidou todos para a caminhada que marca o encerramento da campanha “Outubro Rosa”, que será realizada no dia 21 de outubro, “por causa do segundo turno das eleições municipais”, a partir das 9 horas, na Praia de Camburi, com concentração em frente ao Píer de Iemanjá.

Professora da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) há 22 anos, Maria Helena Amorim coordena a PREMMA, com cerca de 1.700 mulheres mastectomizadas, que lá aprendem a se cuidar após a retirada da mama, obtendo inclusive melhorias em seu sistema imunológico.

Além de falar sobre as causas do câncer de mama – “15 milhões de novos casos previstos até 2020, com 12 milhões de mortes” –, Maria Helena também esclareceu sobre o câncer de colo do útero – “totalmente prevenível” –, o câncer de pele e o câncer de





próstata – “que atinge 30% dos homens na faixa dos 50 anos e 70%, na faixa dos 80 anos”.

Maria Helena destacou que a prevenção passa pela adoção de hábitos de vida mais saudáveis e realização de exames para detecção precoce dos tumores, o que aumenta em muito a possibilidade de cura. “No caso do câncer de mama, tumores com menos de 1 cm podem obter 95% de cura”, disse.

Rosa

A sede da JFES em Vitória ganhará iluminação especial, na cor rosa, a partir desta semana, simbolizando a luta contra o câncer de mama e estimulando a participação da população nas campanhas de prevenção e combate à doença.



Exposição “Aves do Espírito Santo” vai até dia 25

A programação do “Mês do Servidor” na Justiça Federal do Espírito Santo foi aberta no 1º de outubro, com a exposição fotográfica “Aves do Espírito Santo”, promovida pelo Centro Cultural Justiça Federal/ES. As fotos são do supervisor da Seção de Redes de Computadores (Sered/NTI), Fabricio Vasconcelos Costa.

Na mostra, que vai até o dia 25, no foyer do auditório do prédio sede, em Vitória, Fabricio expõe as belezas que viu durante suas incursões pelo Estado, visitando as matas que ainda existem em solo capixaba. De acordo com o servidor, “esse trabalho visa despertar, pela beleza do que a natureza abriga, uma nova consciência ecológica e preservacionista”.

Em novembro, a exposição irá para a Reserva Natural da Vale, em Linhares.



O fotógrafo, Fabricio Costa, com a diretora do foro em exercício, juíza federal Cristiane Conde Chmatalik, e o diretor do CCJF/ES, desembargador federal José Ferreira Neves Neto

Servidora da Turma Recursal disponibiliza quadros para doação no 2º JEF



O 2º Juizado Especial Federal recebeu a doação de quadros elaborados pela servidora Aline Fraga Cardoso, da Seção de Apoio da Turma Recursal. A ideia dela é que “as pessoas carentes também possam ter acesso a esse tipo de artigo”.

De acordo com a diretora Neidy Aparecida Torrezani - que ficou muito feliz com a iniciativa da servidora - os quadros estão disponíveis no atendimento do 2º JEF para doação.

